

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

De acordo com a Lei n.º 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), julgue os itens a seguir.

- 51** O exercício social da companhia deve coincidir obrigatoriamente com o ano civil e encerrar-se em 31 de dezembro.
- 52** O capital da companhia ou da sociedade anônima deve ser dividido em ações, e a responsabilidade dos acionistas é limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.
- 53** Ressalvadas exceções legais, a constituição de uma companhia depende, entre outros requisitos, da subscrição por, no mínimo, duas pessoas de todo o capital social fixado no estatuto.
- 54** As ações ordinárias conferem aos seus titulares prioridade no recebimento de dividendos em relação às ações preferenciais.
- 55** A assembleia-geral é o órgão competente para decidir todos os negócios relativos ao objeto da companhia, bem como para eleger e destituir administradores, nos casos previstos em lei.

Considerando as disposições da Lei n.º 11.638/2007, especialmente no que se refere às alterações promovidas na Lei n.º 6.404/1976 e na Lei n.º 6.385/1976, julgue os itens subsequentes.

- 56** Uma das alterações promovidas pela Lei n.º 11.638/2007 na Lei n.º 6.385/1976 foi a determinação de que a Comissão de Valores Mobiliários, o Banco Central do Brasil e demais órgãos e agências reguladoras poderão celebrar convênio com entidade que tenha por objeto o estudo e a divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e de auditoria.
- 57** A Lei n.º 11.638/2007 extinguiu o grupo intangível do ativo não circulante e transferiu seus elementos para o ativo imobilizado.
- 58** A Lei n.º 11.638/2007 substituiu, no âmbito das demonstrações financeiras que devem ser elaboradas pelas companhias, a demonstração das origens e aplicações de recursos (DOAR) pela demonstração dos fluxos de caixa (DFC).
- 59** A Lei n.º 11.638/2007 determinou que apenas as sociedades por ações de capital aberto devem elaborar demonstrações financeiras conforme a Lei das Sociedades por Ações.
- 60** As disposições da lei tributária sobre o objeto social da companhia que conduzam à utilização de métodos ou critérios contábeis diferentes ou à elaboração de outras demonstrações não eximem a companhia da obrigação de elaborar demonstrações financeiras em consonância com a Lei das Sociedades por Ações.

A respeito das disposições introduzidas pela Lei n.º 11.941/2009, julgue os itens a seguir.

- 61** Os depósitos existentes vinculados aos débitos a serem pagos ou parcelados nos termos da Lei n.º 11.941/2009 devem ser convertidos em renda da União, após aplicação das reduções para pagamento à vista ou parcelamento, cabendo exclusivamente à Secretaria da Receita Federal do Brasil editar os atos regulamentares necessários à aplicação dessa disposição.
- 62** De acordo com a Lei n.º 11.941/2009, os débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e os débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderão ser parcelados em até 36 meses.
- 63** A Lei n.º 11.941/2009 promoveu ajustes na legislação societária e contábil brasileira no que concerne ao parcelamento ordinário de débitos tributários.
- 64** A Lei n.º 11.941/2009 eliminou a possibilidade de utilização de critérios contábeis alinhados às normas internacionais, determinando o retorno integral às práticas anteriormente vigentes.

Julgue os itens seguintes, de acordo com o disposto pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

- 65** A rubrica de ganhos ou perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido é exclusiva da demonstração do resultado abrangente.
- 66** Em operações de *hedge* de fluxo de caixa, os ganhos ou perdas de instrumentos de *hedge*, mesmo quando efetivos, não devem, inicialmente, ser apresentados na demonstração do resultado do exercício.
- 67** O recebimento por determinada entidade relativo à venda de um imóvel originalmente adquirido com a finalidade de ser alugado a terceiros constitui um fluxo de caixa das atividades operacionais da entidade.
- 68** Uma entidade que segrega seus ativos e passivos em circulantes e não circulantes deve classificar seus impostos diferidos, quer sejam ativos ou passivos, no grupo circulante.
- 69** É na demonstração das mutações do patrimônio líquido que deve ser apresentado pelas sociedades por ações o montante dos dividendos por tipo de ação.

A respeito da mensuração de itens patrimoniais pelo valor justo, julgue os itens que se seguem.

- 70** O preço obtido por uma filial para repasse de seus produtos à matriz não constitui valor justo, visto que a matriz sempre tem poder para determinar o valor da transação a ser realizada.
- 71** Na mensuração do valor justo de um equipamento, a capacidade do agente de fazer o melhor uso possível desse ativo é irrelevante.
- 72** Ainda que relevantes, os custos de transação para transferência de um ativo ou passivo entre agentes do mercado independentes entre si devem ser omitidos quando da mensuração do valor justo do item negociado.

Em relação aos investimentos em coligadas e controladas, julgue os itens subsequentes.

- 73** Há presunção de influência significativa quando um investidor detém, de forma direta ou indireta, 30% do poder de voto em uma empresa na qual investe.
- 74** O aumento do risco de crédito de uma coligada, por si só, não constitui evidência de perda de valor recuperável de um investimento.
- 75** Os ganhos ou perdas de investidores em sociedades coligadas devem ser reconhecidos exclusivamente em conta patrimonial específica destinada à evidenciação do investimento.

Os dados a seguir foram obtidos das demonstrações contábeis dos exercícios sociais X4 e X5 de uma empresa, sendo o exercício social X5 o mais recente.

grupo patrimonial para fins de análise	exercício social X5	exercício social X4
passivo circulante cíclico	6.416	5.453
passivo circulante financeiro	13.057	11.490
passivo não circulante	32.934	30.460
outras informações	exercício social X5	exercício social X4
imobilizado	18.844	16.582
patrimônio líquido	26.228	20.982

Considerando a situação hipotética precedente e sabendo que os valores estão dados em milhares de R\$, bem como sabendo que o patrimônio líquido, para fins de análise, está incluso no total do passivo não circulante e que o imobilizado é integralmente financiado pelos capitais próprios, julgue os próximos itens.

- 76** A qualidade do endividamento da empresa melhorou em X5.
- 77** O comprometimento dos capitais próprios no financiamento dos imobilizados aumentou no período.
- 78** Aumentou a participação dos capitais próprios no financiamento dos investimentos da empresa.

Julgue os itens seguintes, relativos a conceitos, objeto e campo de aplicação da contabilidade aplicada ao setor público.

- 79** Por não estarem contempladas no conceito de entidades do setor público, as empresas estatais dependentes não estão obrigadas a adotar as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, sendo-lhes, porém, facultado adotá-las.
- 80** A informação gerada pela contabilidade aplicada ao setor público permite que o usuário analise o patrimônio público sob três diferentes aspectos: o orçamentário, o patrimonial e o fiscal.

Acerca do patrimônio público, julgue os itens a seguir.

- 81** As perdas decorrentes da incorporação de passivos é evento que implica o reconhecimento contábil de uma variação patrimonial diminutiva pelas entidades do setor público.
- 82** A principal motivação para as entidades do setor público manterem ativos imobilizados no seu patrimônio é o potencial de geração de serviços desses ativos, e não sua capacidade de geração de fluxos de caixa.
- 83** Ao avaliar se um item é classificável ou não como ativo, passivo ou patrimônio líquido, a entidade do setor público deve levar em conta a prevalência da forma legal sobre a essência econômica do item que está sendo avaliado.
- 84** O resultado patrimonial do período, que deve ser apresentado no patrimônio líquido de forma segregada dos resultados acumulados de períodos anteriores, representa a diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, conforme apuração evidenciada na demonstração das variações patrimoniais.
- 85** Na contabilidade pública, as variações patrimoniais qualitativas decorrem de eventos contábeis de caráter meramente permutativo, a exemplo da aquisição, a prazo, de imóveis para uso próprio.

No que se refere aos regimes contábil e orçamentário, ao sistema de custos e ao plano de contas aplicado ao setor público (PCASP), julgue os itens subsequentes.

- 86** O desperdício de recursos ocorrido de forma normal e previsível durante o processo de geração de bens e serviços pelas entidades do setor público deve ser tratado como perda nos sistemas de custos dessas entidades.
- 87** Do ponto de vista orçamentário, as entidades do setor público devem adotar o regime de competência para o reconhecimento de suas receitas e despesas.
- 88** Os atos de gestão que, no momento de sua ocorrência, não provoquem alterações qualitativas ou quantitativas na composição do patrimônio público estão fora do escopo do PCASP, devendo ser controlados por meio de registros extracontábeis pelas entidades do setor público.

No que concerne à mensuração de ativos e passivos pelas entidades do setor público, julgue os itens a seguir.

- 89** Os saldos das provisões para riscos trabalhistas devem equivaler, na data das demonstrações contábeis, à melhor estimativa dos valores a serem desembolsados para a extinção da obrigação presente.
- 90** Um terreno adquirido por meio de uma transação sem contraprestação deve ser mensurado pelo custo corrente do bem na data do seu reconhecimento contábil pela entidade adquirente.

Julgue os itens seguintes, relativos às demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

- 91** Na demonstração das variações patrimoniais, os itens representativos das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD) que sejam correlacionados podem, independentemente de exigência ou permissão de norma específica, ser compensados quando da apresentação dos componentes que determinaram o superávit/déficit do período.
- 92** Na seção do balanço orçamentário em que são evidenciadas as despesas orçamentárias, o saldo da dotação equivale à diferença entre a dotação atualizada das despesas e as despesas empenhadas no período.

Considerando as normas constitucionais, legais e as diretrizes do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) sobre o conceito, as categorias econômicas, os estágios e a execução das despesas e das receitas públicas, julgue os itens a seguir.

- 93** Sob o enfoque estritamente patrimonial, o reconhecimento da variação patrimonial decorrente do IPTU deve ocorrer no momento do seu lançamento (fato gerador), independentemente de o contribuinte efetuar o pagamento no exercício atual.
- 94** Se o município receber uma transferência voluntária de recursos da União (como uma emenda parlamentar) destinada exclusivamente à cobertura de despesas de custeio da saúde, esse ingresso financeiro deve ser classificado orçamentariamente como uma receita corrente, ainda que o repasse exija prévia celebração de convênio.
- 95** O estágio da liquidação da despesa decorrente da aquisição de equipamentos ocorre no exato momento da assinatura do contrato de compra e venda com a empresa vencedora da licitação.
- 96** O estágio de empenho da despesa pública cria para o Estado uma obrigação de pagamento imediata perante o credor (fornecedor), independentemente da prestação do serviço ou da entrega do bem, razão pela qual o empenho não pode ser cancelado ou anulado após sua regular emissão.
- 97** O recolhimento é o estágio da receita pública caracterizado pela entrega dos valores devidos pelos contribuintes aos bancos autorizados, momento em que o recurso é considerado oficialmente arrecadado e ingressa na conta única do Tesouro Municipal.

Em janeiro de 2026, a área de contabilidade de uma autarquia federal analisou as duas seguintes pendências financeiras, cujos fatos geradores ocorreram no ano de 2025.

Situação A – Reforma de ala administrativa concluída e atestada pela fiscalização em dezembro de 2025. Havia empenho regular emitido na época, mas o pagamento não ocorreu até 31 de dezembro por problemas no sistema bancário.

Situação B – Fatura complementar de energia elétrica de novembro de 2025 cujo consumo ocorreu, mas cujo empenho foi considerado insubsistente no encerramento do exercício correspondente. O ordenador de despesas reconheceu formalmente a obrigação em 2026.

A partir da situação hipotética precedente, julgue os itens que se seguem, com base nas disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e na legislação orçamentária.

- 98** O pagamento da dívida reconhecida na situação B exige a emissão de um novo empenho no orçamento de 2026, devendo a contabilidade da autarquia classificar o gasto como despesa de exercícios anteriores.
- 99** A despesa descrita na situação A deveria ter sido inscrita em 31 de dezembro de 2025 como restos a pagar processados, visto que passou regularmente pelos estágios de empenho e liquidação no respectivo exercício.

De acordo com o disposto nas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (NBC TSP), julgue os próximos itens.

- 100** Nos casos em que, devido à complexidade das transações no setor público, a administração de uma entidade tenha dificuldades para determinar se certa alteração operacional constitui uma mudança na política contábil ou uma mudança na estimativa contábil, a modificação deve, segundo a norma, ser tratada obrigatoriamente como uma mudança de estimativa contábil.
- 101** Quando a entidade do setor público recebe estoques por meio de uma transação sem contraprestação, o custo inicial do ativo deve ser mensurado pelo seu valor de face ou pelo custo histórico de fabricação, o que for menor.
- 102** Quando uma entidade compra um ativo intangível separadamente, todos os gastos diretamente relacionados à preparação desse ativo para o uso planejado devem ser somados ao seu custo inicial, regra que se aplica aos custos com testes para verificar se o ativo está funcionando corretamente.

No que se refere ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), julgue os itens seguintes.

- 103** Embora exista uma padronização nacional obrigatória nos sistemas contábeis de todos os entes da Federação para identificar se os recursos foram arrecadados no exercício atual ou no anterior, o envio dessas informações ao SICONFI por meio da matriz de saldos contábeis (MSC) é facultativo.
- 104** Para que as informações dos entes federativos sejam enviadas ao SICONFI, é indispensável que os sistemas locais utilizem exatamente a mesma codificação e os mesmos títulos do PCASP Estendido, sendo vedada a realização de procedimentos de compatibilidade ou equivalência do tipo "de-para".

A secretaria de administração de um município decidiu contratar uma empresa para realizar uma reforma estrutural no prédio da prefeitura (obra de engenharia), e outra para a prestação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual. Para a contratação da obra de engenharia, o secretário dispensou a licitação, porque o valor estimado ficou em R\$ 95.000,00. Já para a contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, ele publicou o edital de licitação na modalidade pregão.

Com base exclusivamente nessa situação hipotética e na Lei n.º 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

- 105** A escolha do pregão para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual foi correta, visto que o pregão é a modalidade adequada para as contratações de serviços de alta complexidade.
- 106** A dispensa de licitação para a reforma do prédio da prefeitura foi correta quanto ao valor, pois a lei determina que é dispensável a licitação para a contratação de obras de engenharia que envolvam valores inferiores a R\$ 100.000,00.

Julgue os seguintes itens, relativos ao papel do Estado e à atuação do governo nas finanças públicas, aos princípios orçamentários e ao orçamento público no Brasil.

- 107** O plano plurianual (PPA) deve ser elaborado no primeiro ano do mandato do chefe do Poder Executivo e sua vigência se inicia no segundo exercício financeiro do mandato, estendendo-se até o primeiro exercício do mandato subsequente.
- 108** Suponha que, em determinado município, ocorra uma enchente imprevista e o prefeito necessite de recursos orçamentários para socorrer as vítimas e reconstruir pontes. Nessa situação, o chefe do Poder Executivo deve editar um decreto de abertura de crédito especial, em razão da urgência e da imprevisibilidade da despesa.
- 109** Pelo princípio da exclusividade, fica assegurada a inclusão, na Lei Orçamentária Anual (LOA), de despesas de criação de cargos e carreiras, por se tratar de despesa pública.
- 110** Considere que o governo amplie os investimentos em infraestrutura nas áreas de transporte e saneamento em regiões com baixo IDH, visando corrigir falhas de mercado e assegurar provisões de serviços essenciais. Nessa situação hipotética, está caracterizada a função alocativa do orçamento público.

Julgue os itens que se seguem, referentes à classificação da receita pública, estágios da despesa pública, limitações da despesa pública estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e auditoria.

- 111** Suponha que o Ministério da Saúde decida transferir créditos orçamentários para o estado de Alagoas com vistas à realização conjunta de uma pesquisa sobre nutrição escolar. Nessa situação hipotética, o instrumento jurídico-administrativo adequado para formalizar essa transferência de créditos é o convênio.
- 112** Suponha que determinada universidade pública federal receba recursos provenientes de aluguéis de seus espaços físicos para eventos privados e dividendos de ações de uma empresa de tecnologia vinculada à universidade. Nesse caso, os ingressos financeiros classificam-se como receitas originárias, pois decorrem do patrimônio da própria instituição pública.
- 113** A auditoria governamental operacional centra-se exclusivamente na avaliação da regularidade formal dos atos administrativos e na integridade documental das contas, visando emitir um parecer sobre a fidedignidade dos balanços.
- 114** Ao ultrapassar o limite prudencial estabelecido na LRF para despesa com pessoal, a administração pública fica impedida de conceder vantagens, aumentos ou reajustes, mas pode realizar contratações para a reposição de pessoal, em decorrência de aposentadoria nas áreas de educação e saúde.
- 115** Suponha que um servidor público recebeu os computadores comprados por determinado órgão público e verificou a conformidade dos equipamentos com a nota fiscal e o edital. Nesse caso, a verificação do direito adquirido pelo credor com base nos títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito denomina-se empenho.

Julgue os itens a seguir, que versam sobre técnicas orçamentárias, dívida ativa e restos a pagar.

- 116** Suponha que um órgão público tenha observado, no encerramento do exercício de 2025, despesas que foram empenhadas e liquidadas, mas cujo pagamento financeiro não ocorreu. Nesse caso, essas despesas deverão ser inscritas em restos a pagar processados e passarão a integrar a dívida flutuante do ente público.
- 117** Considere que determinada prefeitura adote um modelo segundo o qual, a cada ano, os gestores devem justificar todas as despesas propostas, sem levar em conta os valores gastos no ano anterior. Nesse caso, o referido modelo corresponde à técnica do orçamento-programa, que foca a quebra da rigidez incremental.
- 118** A inscrição em dívida ativa é considerada uma despesa pública, pois exige que o Estado aloque recursos para o processo de cobrança judicial.

Em relação a controle interno e prestação de contas, julgue os itens seguintes.

- 119** O dever de prestar contas, pilar fundamental da *accountability*, é uma obrigação personalíssima dos agentes públicos, não se estendendo a pessoas jurídicas de direito privado, salvo nos casos de intervenção estatal direta na gestão da entidade.
- 120** Na estrutura de governança, os gestores e servidores que executam os processos e aplicam os controles no cotidiano operacional representam, de acordo com o modelo das três linhas, a terceira linha de defesa.

Espaço livre